



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Planejamento e Projetos

## PROJETO BÁSICO

**Imóvel:** DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER - DEAM

**Endereço:** Av. Cesário de Melo, Nº 4.138 - Campo Grande

**Município:** Rio de Janeiro

**Código do Imóvel:** 09.101.192

**Proposta:** P003/2023 – SISTEMA PLENO, e  
D003/2023 – SISTEMA DESONERADO

**Orçamento:** P003.001 a P003.005/23 – SISTEMA PLENO, e  
D003.001 a D003.005/23 – SISTEMA DESONERADO

**Orçamentista:** Daline Lemos Cerqueira - ID 4.407.020-9

**Natureza dos Serviços:** CONSTRUÇÃO.

### 1. INTRODUÇÃO :

O presente Projeto Básico tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, para a execução da construção da **Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) de Campo Grande**, localizada na Avenida Cesário de Melo, Nº 4.138.

#### 1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO :

Será adotado o **Regime de Contratação Semi Integrada**, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

#### 1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos nesta proposta.

## **2. OBJETO:**

O objeto do presente Projeto Básico é a contratação de empresa especializada no ramo de Engenharia, para a construção da **DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM) de Campo Grande**, atendendo as Normas Técnicas vigentes.

## **3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:**

O local destinado a construção da delegacia em questão encontra-se em estado de abandono, com uma densa vegetação emergindo de uma fundação antiga que deverá ser demolida a existente no terreno. Esse terreno de esquina possui uma área de aproximadamente 584,21m<sup>2</sup>.

A proposta em si para a **Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) de Campo Grande**, consiste na construção de uma edificação com pavimento único, sendo elevada em relação ao nível da rua em aproximadamente 43cm, contendo uma escada e rampa para acesso. Rampa essa que atende às normas de acessibilidade para imóvel público, baseado na NBR-9050.

A unidade terá laje e um telhado embutido, com calhas e platibandas com as descidas de águas pluviais adequados a vasão da água pluvial.

Seu estilo arquitetônico seguirá o padrão existente e já implantado em outras delegacias atuais, as chamadas “Delegacias Legal”.

Possuirá um pé direito duplo alto auxiliando na iluminação e ventilação da área interna.

## **4. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:**

Com o aumento dos casos de feminicídio em todo o país e principalmente no Estado do Rio de Janeiro houve a necessidade de implantação de novas unidades. Como a Zona Oeste possui uma carência nessa esfera, Campo Grande foi norteado para receber uma nova Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), com maior espaço e conforto para atender o seu público, sendo de grande importância para esta área.

## **5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:**

Estão descritos nos orçamentos P003/2023 – Sistema Pleno e D003/2023 – Sistema Desonerado, nos Projetos e nos Relatórios o Escopo dos Serviços. Segue abaixo a descrição dos serviços que envolvem a construção em questão:

### **ARQUITETURA:**

A DEAM de Campo Grande será uma construção nova, em um terreno estratégico, visando atendimento à população da região, possuindo uma área construída de aproximadamente 357,00m<sup>2</sup>.

Possuirá dois Acessos, um para o público geral e funcionários e outro destinado às ocorrências. O primeiro possui uma cobertura em vidro laminado.

O acesso comum conduz a uma Recepção adaptada para PcD (Pessoas com Deficiência). Nas suas proximidades estão os Sanitários Masculino, Feminino e PcD, além de um Auditório para 24 pessoas.

Passando pela recepção há um grande salão que será usado como Cartório. Nos seus arredores, mais precisamente no seu lado direito, estão o Atendimento Social, Brinquedoteca para as mães que estão acompanhadas de seus filhos, Sala de Depoimento/ Suporte/ Escuta Especial. Também o Acesso de Ocorrências com as Salas de Custódia Masculina e Feminina.

Na parte dos fundos há a Sala de SIP, Copa/DML e Repouso Feminino com Vestiário e Sanitário.

No lado esquerdo encontra-se o Repouso Masculino com Vestiário e Sanitário.

E ao lado da recepção principal, parte frontal do terreno, a Sala do Delegado Titular com o seu Sanitário, além de Sala de Armas e Valores e No Break.

Na parte frontal do terreno há canteiros com vegetação e 3 mastros para bandeiras.

## **INSTALAÇÕES:**

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:**

O fornecimento de energia será em média tensão por subestação simplificada com transformador de 75 kVA 220/127V que irá alimentar Quadro Geral de Distribuição (QGD) instalado na sala de No Break.

Do QGD, partirão conjuntos de cabos 0,6/1kv em eletrodutos enterrados distribuídos em caixas de passagem que irão alimentar os quadros parciais de distribuição Quadro de Força do Ar Condicionado (QDF), Quadro de Tomadas Estabilizadas (QTE) e Quadro de Iluminação e Tomadas (QDIT).

### **INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:**

Será utilizado aparelho de ar-condicionados tipo Split e tipo Janela de várias capacidades, de acordo com a necessidade dos ambientes.

### **INSTALAÇÕES DE TELEFONIA E LÓGICA:**

O sistema de telefonia e lógica utilizará cabo UTP Cat5 e tomadas RJ45.

### **INSTALAÇÕES DE TV E CFTV:**

O sistema terá uma central de 16 canais, utilizando cabos RG59.

### **INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:**

O sistema será abastecido pela rede pública e conta com uma cisterna de 20.000 litros, e dois reservatórios de 5.000 litros cada e uma bomba de 1CV.

### **INSTALAÇÕES PLUVIAIS:**

Sistema de Captação Pluvial através de calhas com Reservatório de Retardo O desague vai para a rede pública.

### **INSTALAÇÕES DE COMBATE AO INCÊNDIO:**

Composto por disposição de extintores de pó químico, CO2 e água-gás e placas de sinalização.

### **ESTRUTURA:**

Composto pelos desenhos de formas e detalhamento da estrutura em concreto armado, ao nível do baldrame, estrutura metálica e fundações, em sapatas.

## **5.1 - PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA – DEPPRO**

- 01/05- PLANTA BAIXA – ARQUITETURA (*index 48674027*)
- 02/05- PLANTA DE COBERTURA E SITUAÇÃO (*index 48673637*)
- 03/05- FACHADAS E CORTES (*index 48674170*)
- 04/05- DETALHAMENTO DO BALCÃO DA RECEPÇÃO - PCD (*index 48674250*)
- 05/05- PLANTA DE ACESSIBILIDADE (*index 48674336*)

### **5.1.2 - PLANTAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA (CONTRATADO):**

- Planta Baixa (COM AS BUILT);
- 2 Fachadas (COM AS BUILT);
- 2 Cortes (COM AS BUILT) – Longitudinal e Transversal;
- Planta de Paginação de Piso dos cômodos com piso cerâmico;
- Vistas ampliadas dos Banheiros, com especificações dos materiais e cotadas;
- Planta do madeiramento dos telhados e coberturas;
- Planta de mapa de esquadrias de todas as portas e janelas, com as especificações dos materiais na Planta Baixa e medidas (largura, comprimento e peitoril);
- Planta de Detalhes para um bom entendimento para execução da obra.

## **5.2 - PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES (DEPINS)**

### **Elétrica:**

- DEAM CAMPO GRANDE ELE 01.05 – SITUAÇÃO (*index 24022746*)
- DEAM CAMPO GRANDE ELE 02.05 - ILUMINAÇÃO E TOMADAS COMUNS (*index 24022835*)
- DEAM CAMPO GRANDE ELE 03.05 - TOMADAS ESTABILIZADAS (*index 24022514*)
- DEAM CAMPO GRANDE ELE 04.05 - PONTOS DE FORÇA (*index 24023082*)
- DEAM CAMPO GRANDE ELE 05.05 - SUBESTAÇÃO SIMPLIFICADA (*index 24023838*)

### **Hidrossanitários:**

- DEAM CAMPO GRANDE - ESGOTO 01.01 (*index 24021987*)

### **Águas Pluviais:**

- DEAM CAMPO GRANDE - ÁGUAS PLUVIAIS - 01.01 (*index 24021491*)

## **Telemática:**

- DEAM CAMPO GRANDE TEL 01.01 - TELEFONIA E LÓGICA (*index 24024076*)

## **5.3 - PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA (DEPES)**

- Armação das Lajes do Piso Armado (*index 39992810*)
- Armação das Vigas do Piso Armado (*index 39992797*)
- Formas dos Níveis Superiores (*index 39992783*)
- Fundações (*index 39992828*)
- Furo de Sondagem (*index 39992823*)
- Piso Armado (*index 39992777*)

## **6. SERVIÇOS PRELIMINARES:**

A obra deverá ser sinalizada com a placa de identificação de obra pública, onde a mesma deverá ser fornecida com suportes de madeira e posicionada para identificação da obra em execução.

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da Legislação Nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

## **Observações:**

A etapa do Projeto Executivo consiste na representação completo do projeto básico, que deverá conter, de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para execução dos serviços e obras.

Os projetos executivos previstos nos orçamentos P003.002/23 (Sistema Pleno) e D003.002/23 (Sistema Desonerado) deverão ser elaborados pela firma contratada para execução da obra, de acordo com as concepções adotadas no projeto básico e submetidos à aprovação da Coordenadoria de Projetos-EMOP/COOPRO e obtenção de licenciamento dos órgãos competentes na esfera Municipal, Estadual e Federal.

Caso houver necessidade de alterar a concepção do projeto básico, em função das condições locais, somente poderá ser validada após análise da justificativa técnica e autorização expressa do Presidente da EMOP, conforme Portaria EMOP/PRESI nº 44/2013.

Os projetos executivos deverão ser desenvolvidos segundo os preceitos das Normas da ABNT vigentes.

A medição dos itens constantes nos orçamentos P003.005/23 e D003.005/23 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados

após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços.

O item de “Administração local” previsto no código 01.090.0726-6 do orçamento P003.001/23 (Sistema Pleno) e no código 01.090.0726-G do orçamento D003.001/23 (sistema desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado no orçamento nº 4168.001/22 (sistema pleno) e no orçamento nº 3168.001/22 (sistema desonerado).

## **7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:**

Os serviços constantes dos Projetos Básicos deverão ser executados no prazo de 180 dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro.

## **8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:**

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente Projeto Básico tem como data base o mês de Dezembro de 2022.

## **9. REAJUSTAMENTO:**

Os valores contratados dos serviços não medidos poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta pela licitante, de acordo com o índice geral da construção civil, código 05.100, constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P_0$$

**Onde:**

**R** = Valor do reajustamento

**I<sub>0</sub>** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês de apresentação da proposta pela licitante.

**I** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta pela empresa licitante.

**P<sub>0</sub>** = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela empresa Licitante.

O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

As partes convencionam o prazo decadencial de 60 (sessenta) dias consecutivos para solicitar o reajuste contratual, a contar da publicação do índice ajustado contratualmente. O pedido deverá ser entregue no Protocolo da EMOP-RJ, o qual será autuado em Processo Administrativo próprio.

A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Consideram-se “anualidades” os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês de referência da proposta apresentada pela CONTRATADA (I<sub>0</sub>).

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa do CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

Somente será objeto de reajuste o valor remanescente e ainda não pago.

## **10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:**

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Projeto Básico.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

## **11. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:**

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

O percentual de BDI apresentado pelos licitantes devem apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

## **12. FISCALIZAÇÃO:**

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
8. Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

## **13. GARANTIA:**

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades

previstas no artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016.

#### **14. SUBCONTRATAÇÃO:**

É permitido a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **4,58% (quatro virgula cinquenta e oito por cento)** do valor total da estimativa orçamentária, em função da natureza e das especificidades técnicas dos serviços objeto desta contratação.

Só será admitida a subcontratação de partes da obra que contemplem os seguintes serviços:

- Elaboração dos Projetos executivo de Arquitetura e de Instalações (3,94%);
- Execução de estaca raiz, inclusive fornecimento dos materiais. (0,64%).

A subcontratação será permitida mediante prévia autorização da EMOP. As consultas deverão vir acompanhadas da qualificação técnica da empresa subcontratada.

Os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelos contratados, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

A subcontratada não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integral e solidariamente responsável perante à EMOP.

A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pela CONTRATADA.

#### **15. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:**

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

#### **16. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de ter realizado:

- Construção em edificação com as características semelhantes ao objeto da licitação, com área de construção mínima de 178,00m<sup>2</sup>.

As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2016 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

#### **17. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:**

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o



## **CONTRATANTE.**

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

### **18. SUSTENTABILIDADE NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL Nº 43.629/2012:**

A título exemplificativo, o Decreto em comento arrola os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental os quais recomenda a sua implementação para cumprimento das boas práticas:

- (i) economia no consumo de água e energia;
- (ii) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem produzidos;
- (iii) racionalização no uso de matérias-primas;
- (iv) redução da emissão de poluentes;
- (v) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- (vi) implementação de medidas para reduzir os gases estufa;
- (vii) utilização de produtos de baixa toxicidade;
- (viii) utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada.

Vale frisar que uma contratação sustentável não pode, ao revés, se afastar dos critérios objetivos na descrição do objeto licitado e de julgamento, a fim de não violar a isonomia entre os licitantes e a competitividade.

#### **18.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

- A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ou dispensa ambiental, junto aos órgãos do Município ou do Estado.

### **19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:
  - 1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão

ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.

2. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados;

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;

Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;

- I. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho; manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- II. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos; responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- III. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- IV. Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- V. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- VI. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- VII. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- VIII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- IX. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;
- X. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência

ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;

- XI. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;
- XII. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra; na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007,
- XIII. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
- XIV. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE,
- XV. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
- XVI. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
  - 1. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
  - 2. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
  - 3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XVII. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XVIII. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
- XIX. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991; em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016
- XX. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XXI. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução Nº307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- XXII. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- XXIII. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XXIV. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem

desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:

1. Otimização de recursos materiais;
  2. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
  3. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.
  4. Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXV. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;
- XXVI. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XVII. A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução** (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;
- XVIII. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Ordem de Obras e Serviços que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Livro de Ordem, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:
1. dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
  2. as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
  3. as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
  4. os relatos de visitas do responsável técnico;
  5. o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
  6. orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
  7. acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
  8. nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas; quando não há restrição no presente PROJETO BÁSICA.
- XXIX. Na execução dos diversos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas reguladoras, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Norma Brasileira - NBR, específicas para cada natureza e tipo de serviço.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## 22. AVALIAÇÃO TÉCNICA SOBRE EVENTUAL PARCELAMENTO DO OBJETO:

Para o objeto a ser contratado, CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER - DEAM DE CAMPO GRANDE, no terreno localizado na Avenida Cesário de Melo, nº 4138, com uma área aproximadamente de 585,00m<sup>2</sup>, entendemos ser operacionalmente inviável o parcelamento de serviço, pois ter concomitantemente várias contratadas, atuando em conjunto, ocupando o mesmo espaço físico para executar cada qual o seu objeto, torna inviável de se administrar e de acompanhar a própria fiscalização satisfatoriamente.

## 23. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico deverá obedecer ao seguinte critério:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Descrição do Evento Causador do Risco</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Medidas para Tratamento do Risco</b>	<b>Responsável pelo Tratamento do Risco</b>
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a EMOP caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP e CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP e CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Descrição do Evento Causador do Risco</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Medidas para Tratamento do Risco</b>	<b>Responsável pelo Tratamento do Risco</b>
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da EMOP	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

*NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: **Relatórios, projetos e orçamentos.***



Documento assinado eletronicamente por **Marllon da Silva Nogueira, Gerente**, em 16/05/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Marques Correa, Gerente**, em 16/05/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Diniz Carneiro Spina, Gerente de Projetos**, em 16/05/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **52062326** e o código CRC **CC0D36E5**.

Referência: Processo nº SEI-360036/000157/2020

SEI nº 52062326

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440  
Telefone: